

“Ética Ambiental”, de José Renato Nalini

Environmental ethics

Ética ambiental

Paulo Klingelhoef de Sá

FMP

Petrópolis, RJ, Brasil

paulosa@fmpfase.edu.br

Uma referência no âmbito do debate da questão ambiental no Brasil, o livro “Ética ambiental”, de José Renato Nalini, trata de uma análise sobre o que avançou, ou não, em termos de decisões e mudanças no estilo de vida da humanidade, em face aos inúmeros alertas a respeito da grave crise ambiental que continua em curso.

Mais que um tratado de direito ambiental, a segunda edição do livro enfatizou a questão ambiental sob o olhar dos inúmeros aspectos da crise. Nessa edição, o autor enfatiza a grave crise ética mundial que reforça o caminhar rumo a uma sociedade insustentável. O espaço de tempo de sete anos entre a segunda edição e a terceira, alvo dessa resenha, revela um quadro muito preocupante em relação a esse tema. Destaco que a terceira edição é de 2010, ou seja, estamos em 2017 e o livro não só ainda é extremamente atual, como nos faz ficar estarecidos com o atual “andar da carruagem”.

Na apresentação do livro, o autor alerta para as diversas incoerências nas opções dos governos em termos de crescimento econômico globalizado e as decisões rumo a uma sociedade mais sustentável.

No primeiro momento do livro, o autor enfatiza como a interação Homem/Ambiente encontra-se deteriorada e reduzida ao aspecto caricato da natureza, tendo em vista que o olhar na sua direção é de cunho utilitarista e de potencial bem passível de consumo e lucro. Com a globalização o mundo, perde-se o contexto do Estado e prepondera-se o das corporações em torno dos lucros centralizados e desiguais. O desequilíbrio entre países ricos, em desenvolvimento e os pobres conduz a uma correria em torno da extração dos recursos naturais de modo voraz e com controle duvidoso. Os países mais ricos devastaram o seu ambiente e se colocam na posição de mais fortes. No entanto, os menos ricos almejam esse mesmo *status* e não titubeiam em comprometer as suas riquezas ambientais em prol de um estilo de vida artificial e cada vez mais individualizado e autocentrado.

Ainda nesse momento, o autor, ainda que superficialmente, faz uma análise sobre o sistema Terra e seu processo de desequilíbrio e adoecimento, manifestado pelos diversos eventos naturais que aumentaram em quantidade e intensidade, de modo geral. O autor sinaliza se já não cruzamos o limiar possível de retorno a um estágio de equilíbrio. Se essa era a preocupação dele em 2010,

imagine hoje, uma vez que as medidas adotadas pelos países para reduzir a intensidade da crise ainda são muito incipientes.

Como um estudioso da área jurídica, ele avança sobre a questão sobre o aspecto legal constitucional, seus avanços e retrocessos e a necessidade de se constituir um Estado Ecológico, que deve ser edificado com base em novas premissas que não se atenha apenas na questão conservacionista e protecionista de territórios, mas que avance para a convivência do humano junto à natureza sem espoliação.

Em seguida, ele trata de um dos bens mais preciosos do planeta, a água. Nessa medida, para além da má distribuição dos recursos hídricos, ele chama a atenção sobre o processo de degradação e poluição das fontes devido ao processo produtivo que compromete mananciais de larga escala, como o Aquífero Guarani. A partir desse ponto, fica notória a preocupação com a soberania do país frente a grandes reservatórios de ciclo da água que regulam o clima em várias regiões, como a Amazônia e o cerrado. Aqui, torna-se necessário o olhar em larga escala do sistema político e jurídico, assim como da cultura individual do consumo e desperdício. Outro autor, Leonardo Boff, no livro *Saber Cuidar*, aponta para a necessidade de o ser humano olhar para o ambiente sob a dimensão do cuidado. Sem o olhar do cuidado sobre tudo o que nos cerca, não é possível imaginar a dimensão da mudança de comportamento, de atitude e das decisões de caráter coletivo para enfrentar a crise ambiental e social atual. Boff aponta para a necessidade de mudança de paradigma social, de organização de sociedade, corroborando o que Nalini enfatiza em seu livro.

Em seguida, o autor destaca, em diversos capítulos, temas como a flora, com destaque para os biomas e seu papel como regulador de carbono e do clima; a soberania do Brasil sobre a Amazônia e as investidas internacionais sobre a região; a biopirataria e a ausência de uma legislação e controle eficientes quanto a esse aspecto; o sistemático descumprimento da lei quanto à preservação da flora e fauna, assim como do seu contrabando, comprometendo as populações nativas ao explorá-las a partir do viés econômico. É ressaltado o aspecto do manejo eficiente dos biomas, da legislação de proteção e comercialização e o envolvimento dos povos da floresta nesse contexto, sem a visão focada no ambientalismo de resultados, como se a natureza fosse apenas um bem à serviço dos humanos.

Destacam-se a caça e o tráfico de animais, levando à extinção de uma série de espécies e, com o comprometimento dos sistemas ecológicos, a perda de espécies que nem sequer foram catalogadas ou conhecidas, perdendo um patrimônio precioso para a vida como um todo, sem contar com potências e benefícios como cura de enfermidades, a partir dessas espécies perdidas.

É dada ênfase aos transgênicos e seus efeitos desconhecidos a longo prazo para o consumo humano, assim como a massificação e imposição de um único componente genético, limitando o processo natural de adaptação constituído através de milhares de anos. Denuncia os inúmeros riscos não revelados, assim como uma legislação é imprecisa quanto ao seu uso e às margens de segurança. Alerta para como certos discursos, como “os transgênicos matarão a fome do mundo”, podem vir a se tornar apenas uma retórica, uma vez que as produções agrícolas estejam pautadas pelo viés do lucro econômico.

Questões como a poluição, em seus diversos aspectos, são abordados mais rapidamente e destaca-se a questão dos resíduos sólidos e as características da atual sociedade e de seu sistema produtivo. Não só ele alerta sobre a gravidade desse problema, como ressalta a necessidade de o indivíduo, enquanto cidadão, iniciar o exemplo na sua relação para com os resíduos, a partir de dentro de casa.

Mais à frente, o livro aborda a questão do desenvolvimento sustentável, seu paradoxo e incoerências, a partir do limite ecológico da economia. Destaca a ideia ética da sustentabilidade, a crítica em relação às políticas sustentáveis adotadas pelos Estados, o Plano Brasileiro para sustentabilidade e sua fragilidade e a deterioração desse tema a partir da Eco-92. O autor propõe uma estratégia ética para a cidadania, apoiada na sua relação socioambiental.

Avançando sobre a relação da ética sobre o território e sua ocupação, o autor destaca a ética de um ambiente artificial nas cidades, o processo de urbanização caótico, a função social da propriedade, a especulação e a concentração da propriedade, assim como o ambiente hostil que leva a um comportamento de desagrado, desamor e deterioração do espaço urbano.

Por fim, faz breves considerações sobre a questão do envolvimento da cultura nesse processo, levando tanto à acentuação da degradação, quanto aos movimentos conscientes de exercício da arte e da cultura em prol de um comportamento mais crítico, reflexivo e de respeito a todas as formas de vida.

O último capítulo é um importante passeio sobre o que está acessível ao cidadão, o que ele pode mudar e como participar dos processos de mudança em curso, a partir de iniciativas da sociedade civil organizada e terceiro setor. Nesse momento, o autor apresenta uma visão mais otimista ao leitor, mostrando que existem inúmeras iniciativas positivas em curso, apesar da destruição ainda hegemônica.

E, finalmente, conclui, propondo uma nova ética globalizada, destacando que é possível reagir e reverter o processo em curso.

Destaco que o livro é de 2010 e, portanto, deve ser atualizado à luz dos eventos atuais, como a crise econômica que assola os países e suas graves crises de representatividade política, especialmente no Brasil, inclusive com importantes retrocessos recentes na legislação ambiental.

REFERÊNCIA

NALINI, José Renato. **Ética ambiental**. 3ª edição. Campinas: Millennium Editora, 2010.